

Sumário

Capítulo 1 ► TEORIA GERAL DO DIREITO EMPRESARIAL.....	17
1.1. Conceito e nomenclatura	17
1	
1.2. Origem: o Direito Mercantil	18
1.3. Evolução histórica: do Direito Comercial ao Direito Empresarial	19
1.3.1. Teoria dos atos de comércio	19
1.3.1.1. Problemas da teoria dos atos de comércio.....	20
1.3.2. Teoria da empresa.....	21
1.3.2.1. Conceitos de empresa e empresário.....	22
1.3.3. Unificação do Direito Privado	24
1.4. Características do Direito Empresarial	25
1.5. Princípios do Direito Empresarial	26
1.5.1. Função social da empresa	27
1.5.2. Livre-iniciativa	28
1.5.3. Livre concorrência.....	29
1.5.3.1. O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência	30
1.5.4. Tratamento favorecido das ME e EPP	33
1.6. Fontes do direito empresarial brasileiro	36
Capítulo 2 ► ESPÉCIES DE EMPRESÁRIO	39
2.1. Empresário individual	42
2.1.1. Profissionais intelectuais.....	44
2.1.2. A inscrição do empresário individual.....	46
2.1.3. Tratamento especial do empresário rural	48
2.1.4. Impedimentos legais ao exercício de empresa	50
2.1.5. Empresário individual incapaz	51
2.1.6. Empresário individual casado	56
2.1.7. Prepostos do empresário	60
2.1.7.1. Gerente.....	60
2.1.7.2. Responsabilidade pelos atos dos prepostos.....	61
2.2. Sociedade empresária	62
2.3. ME (microempresa) e EPP (empresa de pequeno porte).....	63
2.4. MEI (microempreendedor individual).....	64

Capítulo 3 ▶ REGISTRO EMPRESARIAL	67
3.1. Introdução	67
3.2. Legislação específica	68
3.3. Juntas Comerciais	69
3.3.1. Atos de registro.....	71
Capítulo 4 ▶ ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL.....	77
4.1. Conceito de estabelecimento empresarial.....	77
4.2. Natureza jurídica do estabelecimento empresarial.....	79
4.3. Trespasse do estabelecimento empresarial.....	80
4.3.1. Efeitos obrigacionais do trespasse.....	84
4.3.2. Cláusula de não concorrência	89
4.3.3. Aviamento e clientela	93
Capítulo 5 ▶ NOME EMPRESARIAL	97
5.1. Conceito de nome empresarial	97
5.2. Proteção legal do nome empresarial.....	97
5.3. Outros elementos de identificação dos empresários	100
5.4. Espécies de nome empresarial.....	101
Capítulo 6 ▶ ESCRITURAÇÃO EMPRESARIAL	107
6.1. Obrigação legal de escrituração	107
6.2. Formalidades da escrituração	108
6.3. Proteção legal dos livros empresariais	109
6.4. Eficácia probatória dos livros empresariais.....	110
Capítulo 7 ▶ DIREITOS INDUSTRIAIS.....	113
7.1. Propriedade intelectual	113
7.2. Legislação específica	113
7.3. Patentes.....	116
7.3.1. Requisitos de patenteabilidade.....	119
7.3.2. Titularidade da patente	120
7.3.3. Prazo de vigência da patente.....	122
7.3.4. Licença da patente	123
7.3.5. Patentes <i>pipeline</i> e patentes <i>mailbox</i>	125
7.4. Registro de desenho industrial.....	128
7.4.1. Requisitos de registrabilidade do desenho industrial.....	128
7.4.2. Prazo de vigência do desenho industrial.....	129
7.5. Registro de marca	129
7.5.1. Distintividade da marca	131

7.5.2. Espécies de marca	133
7.5.3. Âmbito de proteção da marca.....	136
7.5.4. Vigência do registro de marca.....	139
7.6. Indicações geográficas	141
7.7. Trade dress (conjunto-imagem do produto)	142
Capítulo 8 ► TEORIA GERAL DO DIREITO SOCIETÁRIO	145
8.1. Sociedade: conceito e características.....	145
8.2. Classificações das sociedades	149
8.3. Tipos societários.....	151
8.4. Sociedade exploradora de atividade rural	152
8.5. Personalização jurídica das sociedades.....	153
8.5.1. Desconsideração da personalidade jurídica.....	155
8.5.1.1. Teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica	157
8.5.1.2. Teoria maior da desconsideração da personalidade jurídica	158
8.5.1.3. Efeitos da desconsideração da personalidade jurídica	162
8.5.1.4. A desconsideração inversa da personalidade jurídica	165
8.5.1.5. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica	166
8.6. Sociedades dependentes de autorização	168
8.7. Sociedade nacional	169
8.8. Sociedade estrangeira	169
8.9. Sociedade entre cônjuges.....	170
8.10. Sociedade cooperativa	172
8.11. Operações societárias	174
8.11.1. Transformação.....	175
8.11.2. Incorporação	177
8.11.3. Fusão	179
8.11.4. Cisão	180
8.11.5. Coligação	182
Capítulo 9 ► SOCIEDADES NÃO PERSONIFICADAS	185
9.1. Observação prévia	185
9.2. Sociedade em comum	185
9.3. Sociedade em conta de participação	189
Capítulo 10 ► SOCIEDADES CONTRATUAIS	197
10.1. Introdução	197
10.2. Natureza jurídica do contrato social.....	197
10.3. Formalidades do contrato social	198

10.4. Registro do contrato social	198
10.5. Cláusulas gerais do contrato social	200
10.5.1. Qualificação dos sócios	200
10.5.2. Qualificação da sociedade	201
10.5.3. Capital social	201
10.5.4. Subscrição e integralização das quotas	202
10.5.4.1. Sócio remisso	204
10.5.5. Administração da sociedade	205
10.5.5.1. Responsabilidade pelos atos dos administradores	207
10.5.6. Participação nos resultados sociais	210
10.5.7. Responsabilidade dos sócios pelas dívidas sociais	211
10.6. Deliberações sociais	212
10.7. Modificação do contrato social	214
10.8. Morte de sócio	215
10.9. Cessão de quotas	216
10.10. direito de retirada	217
10.14.2. Quotas sociais na sociedade limitada	227
Capítulo 11 ► SOCIEDADE ANÔNIMA	257
11.1. Introdução	257
11.2. Legislação aplicável à sociedade anônima	257
11.3. Características importantes da sociedade anônima	258
11.4. Classificação das sociedades anônimas	259
11.4.1. Bolsas de valores e mercado de balcão	260
11.4.2. Mercado de capitais primário e mercado de capitais secundário	261
11.5. Constituição da sociedade anônima	262
11.5.1. Requisitos preliminares de constituição da sociedade anônima	262
11.5.1.1. Constituição por subscrição pública	262
11.5.1.2. Constituição por subscrição particular	264
11.5.1.3. Algumas regras gerais sobre a subscrição das ações	265
11.5.2. Formalidades complementares à constituição de sociedade anônima	268
11.6. Capital social da sociedade anônima	269
11.6.1. Acionista remisso	271
11.6.2. Ações	272
11.6.2.1. Classificações das ações	272
11.6.2.2. Valor da ação	276
11.6.2.3. Direitos essenciais dos acionistas	277
11.7. Valores mobiliários	278
11.8. Assembleia geral da sociedade anônima	281
11.8.1. Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária	284

11.9. Administração da sociedade anônima	285
11.9.1. Conselho de administração	286
11.9.2. Diretoria	290
11.9.3. Normas comuns aos conselheiros e diretores.....	292
11.9.4. Deveres dos administradores	292
11.9.5. Responsabilidade dos administradores.....	295
11.11.3. Alienação de controle	305
11.11.4. Acordo de acionistas.....	307
11.12. Procedimento dissolutório da sociedade anônima	308
Capítulo 12 ► TEORIA GERAL DO DIREITO FALIMENTAR	313
12.1. Introdução	313
12.2. Legislação aplicável.....	313
12.3. Sujeição legal.....	315
12.3.1. Empresas públicas e sociedades de economia mista.....	317
12.3.2. Sociedades empresárias submetidas a liquidação extrajudicial.....	318
12.4. Foro competente	320
12.5. Participação do MP.....	322
12.6. Aplicação subsidiária do CPC	323
12.7. Administrador judicial	326
12.8. Comitê de credores.....	330
12.9. Assembleia geral de credores	332
Capítulo 13 ► RECUPERAÇÃO JUDICIAL	339
13.1. Princípio da preservação da empresa	339
13.2. Requisitos legais para o pedido de recuperação judicial	340
13.3. Formalidades da petição inicial do pedido de recuperação judicial.....	346
13.4. CONSTATAÇÃO PRÉVIA NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL	348
13.5. Deferimento do processamento do pedido	349
13.5.1. Verificação e habilitação de créditos na recuperação judicial.....	353
13.5.2. Suspensão das ações e execuções individuais na recuperação judicial	359
13.6. Plano de recuperação judicial	367
13.6.1. Meios de recuperação	370
13.6.2. Objeções dos credores	372
13.6.3. Deliberação dos credores.....	372
13.7. Necessidade de apresentação de CND pelo devedor	377
13.8. Concessão da recuperação judicial	379
13.9. Convolação da recuperação judicial em falência.....	382
13.10. Encerramento da recuperação judicial.....	384
13.12. Conciliação e mediação na recuperação judicial.....	388

Capítulo 14 ► RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL.....	391
14.1. Introdução	391
14.2. Requisitos legais da recuperação extrajudicial.....	391
14.3. Plano de recuperação extrajudicial.....	392
14.4. Credores submetidos ao plano de recuperação extrajudicial	392
14.5. O pedido de homologação do art. 162 da LRE	394
14.6. O pedido de homologação do art. 163 da LRE	394
14.7. Procedimento de homologação do plano de recuperação extrajudicial	396
14.8. Efeitos da homologação do plano de recuperação extrajudicial	398
Capítulo 15 ► FALÊNCIA	401
15.1. Introdução	401
15.2. Legitimidade ativa	402
15.3. Fundamento do pedido	403
15.4. Resposta do devedor.....	406
15.5. Denegação da falência.....	407
15.6. Decretação da falência.....	409
15.6.1. Efeitos da decretação da falência	411
15.7. Arrecadação dos bens do falido.....	414
15.7.1. Arrecadação de bens dos sócios de sociedade falida	415
15.7.2. Investigação de atos anteriores à falência	417
15.7.3. Pedidos de restituição	422
15.8. Realização do ativo.....	423
15.9. Verificação e habilitação de créditos da falência	427
Capítulo 16 ► TÍTULOS DE CRÉDITO	445
16.1. Introdução aos títulos de crédito	445
16.2. Conceito de título de crédito.....	445
16.2.1. Princípios dos títulos de crédito.....	446
16.2.2. Características dos títulos de crédito.....	448
16.3. Evolução histórica dos títulos de crédito	449
16.4. Classificações dos títulos de crédito.....	449
16.5. Legislação aplicável aos títulos de crédito No Brasil	452
16.5.1. Títulos de crédito no Código Civil	453
16.5.1.1. Autonomia e omissão de requisito legal.....	454
16.5.1.2. Conteúdo e forma dos títulos de crédito.....	455
16.5.1.3. A desmaterialização dos títulos de crédito.....	455
16.5.1.4. Cláusulas proibidas nos títulos de crédito	456

16.5.1.5. Títulos de crédito em branco ou incompletos.....	457
16.5.1.6. Obrigação cambial de representante/mandatário.....	457
16.5.1.7. Títulos representativos	458
16.5.1.8. Nascimento da obrigação cambial (teoria da criação versus teoria da emissão).....	458
16.5.1.9. Os títulos ao portador.....	459
16.6. Principais institutos cambiários	460
16.6.1. Endosso	460
16.6.1.1. Endosso em branco e endosso em preto	461
16.6.1.2. Endosso impróprio.....	462
16.6.1.3. Endosso póstumo ou tardio	463
16.6.1.4. Endosso x cessão civil de crédito.....	464
16.6.2. Aval.....	464
16.6.2.1. Aval x fiança	467
16.6.2.2. Necessidade de outorga conjugal em aval prestado por pessoa casada	468
16.6.3. Protesto.....	469
16.7. Principais espécies de títulos de crédito típicos/nominados	472
16.7.1. Letra de câmbio	472
16.7.2. Nota promissória.....	476
16.7.3. Cheque	479
16.7.4. Duplicata.....	488
16.7.4.1. Duplicata escritural	494
Capítulo 17 ► TEORIA GERAL DOS CONTRATOS EMPRESARIAIS.....	497
Capítulo 18 ► CONTRATOS DE COLABORAÇÃO EMPRESARIAL.....	503
18.1. Subordinação empresarial nos contratos de colaboração	503
18.2. As cláusulas de exclusividade nos contratos de colaboração	505
18.3. Comissão mercantil.....	506
18.4. Representação comercial.....	510
18.5. Concessão mercantil	518
18.6. Franquia (<i>franchising</i>)	519
Capítulo 19 ► OUTRAS ESPÉCIES DE CONTRATOS EMPRESARIAIS	523
19.1. Contratos bancários	523
19.1.1. Depósito bancário.....	524
19.1.2. Mútuo bancário	525
19.1.3. Desconto bancário	526
19.1.4. Abertura de crédito	527

19.2. Alienação fiduciária em garantia	527
19.2.1. Alienação fiduciária de bens imóveis.....	528
19.2.2. Bens móveis	530
19.3. Arrendamento mercantil (<i>leasing</i>).....	534
19.3.1. A cobrança antecipada do valor residual (VRG)	535
19.4. Fomento mercantil (<i>factoring</i>)	537
19.4.1. Características do <i>factoring</i>	539
BIBLIOGRAFIA	541